

caderno de retorno

Lutas Populares no Paraná: a história de resistência e insurgência dos povos e organizações populares paranaenses

Popular Struggles in Paraná: the history of resistance and insurgency of peoples and popular organizations in Paraná

Ana Beatriz Castro do Prado¹

¹ Universidade Federal do Paraná, Departamento de Ciências Jurídicas, Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: anabeatrizprado@protonmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7271-5377>.

Submetido em 07/06/2022

Aceito em 09/06/2022

Como citar este trabalho

PRADO, Ana Beatriz Castro do. Lutas Populares no Paraná: a história de resistência e insurgência dos povos e organizações populares paranaenses. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, v. 8, n. 2, jul./dez. 2022, Brasília, p. 517-524.

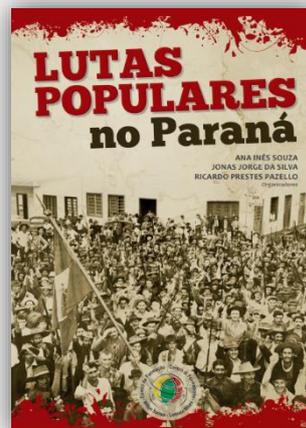
insurgência

InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais | v. 8 | n. 2 | jul./dez. 2022 | Brasília | PPGDH/UnB | IPDMS
ISSN 2447-6684



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0.
Este trabajo es licenciado bajo una Licencia Creative Commons 4.0.
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

Lutas Populares no Paraná: a história de resistência e insurgência dos povos e organizações populares paranaenses



Resenha de

PAZELLO, Ricardo Prestes; SILVA, Jonas Jorge da; SOUZA, Ana Inês (Org.). *Lutas Populares no Paraná*. 1 ed. Curitiba: Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani; Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS), 2017. Disponível em: <http://www.ipdms.org.br/files/2022/03/Lutas-Populares-no-Parana-web-1.pdf>.

Introdução

O presente caderno de retorno intenta realizar uma interpretação crítica, no formato de resenha, acerca da obra coletiva “Lutas Populares no Paraná”, organizada no ano de 2017 por Ana Inês Souza, Jonas Jorge da Silva e Ricardo Prestes Pazello.

Para tanto, optou-se por dividir este trabalho – além da introdução e das considerações finais – em dois momentos: em primeiro lugar, uma contextualização sobre o Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani e o curso “Lutas Populares no Paraná”, os quais foram a semente para a construção da obra coletiva; em segundo lugar, uma breve análise dos oito artigos que compõem o fruto do curso, portanto, o livro.

Desde já, cumpre esclarecer que o resultado da obra é um resgate da história dos povos e movimentos sociais populares que lutaram bravamente pela sua existência, face à dominação e ao avanço do imperialismo e capitalismo no estado do Paraná. Sendo assim, esse livro é uma contribuição inovadora, visto que traz visibilidade àqueles que foram ocultados pela historiografia oficial, assim como mantém acesa a chama da resistência dentro dos que ainda lutam contra a dominação e tentativa de extermínio da identidade cultural popular paranaense, por parte dos detentores do poder.

1 O Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani e o Curso de “Lutas Populares no Paraná”: a semente para a obra coletiva

O Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani¹ foi fundado em 2003 com o objetivo de contribuir na luta pela justiça social e econômica dos trabalhadores e trabalhadoras, por meio da troca de saberes, a partir da articulação de diversas entidades da sociedade civil do Brasil (Curitiba, PR) e da Itália (Busca-CN-Piemonte), as quais integram e constroem coletivamente o Centro.

No ano de 2015, o Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani propôs-se a dar visibilidade à história de luta e resistência dos grupos e movimentos sociais populares paranaenses, com o intuito de apresentar uma contracorrente à historiografia contada pelos dominadores, denominada pelos organizadores da obra como “história oficial” ou “historiografia oficial”, ou seja, aquela história contada pelos detentores de poder, que invisibiliza as contradições sociais e a luta e resistência dos grupos e organizações populares.

O curso “Lutas Populares no Paraná”, então, foi dividido em oito módulos, realizados aos sábados, das 8h às 18h, entre março e novembro de 2015. Cada módulo do curso resultou em um artigo que compõem a obra coletiva organizada por Ana Inês Souza, Jonas Jorge da Silva e Ricardo Prestes Pazello. A seguir será realizada uma breve síntese sobre cada um destes artigos.

2 O livro “Lutas Populares no Paraná”: o fruto do curso

O livro “Lutas Populares no Paraná” contém oito artigos. O primeiro, “Lutas e Resistências dos Povos Indígenas no Paraná”, de Éder da Silva Novak, aborda a participação e o protagonismo dos indígenas na história do Paraná, ou seja, como sujeitos históricos, apresentando as estratégias políticas utilizadas por esses povos com o objetivo de defender seus interesses.

Inicialmente, Novak descreve resumidamente a história indígena no Paraná do período da pré-história até os tempos imperiais. O autor identifica a presença de conflitos entre indígenas e colonos, que resultavam em estratégias por parte dos indígenas de mesclar políticas amistosas ou conflituosas a depender de seus interesses. Em seguida, trata do período entre 1889 e 1900, que foi marcado pelo projeto de catequização e aldeamentos. Em relação às estratégias face a esses

¹ Sítio eletrônico do Centro de Formação Milton Santos - Lorenzo Milani: <http://santosmilani.blogspot.com/>

projetos, Novak elucida que os indígenas buscavam obter recursos e objetos, ainda que não tivessem a intenção de afastar-se dos seus costumes e tradições, mantendo a estratégia de utilizar ações pacíficas ou de ataques para, respectivamente, obter tais recursos ou defender seus territórios. Logo após, aborda o período do advento da República entre 1900 e 1950 – após a extinção dos aldeamentos –, marcado pela estratégia dos povos indígenas de tentativa de demarcação de suas terras, ou seja, visando a garantir os seus territórios tradicionais. Novak ressalta que ocorreu uma articulação intensa dos indígenas com os demais sujeitos, embora tenha ocorrido um processo de desterritorialização desses povos. No que concerne à segunda metade do século XX e o início do século XXI, também é possível identificar peculiaridades nas estratégias dos indígenas, tais como a busca por indenizações face ao Estado e a busca por proteção do seu modo tradicional de vida, a partir do conhecimento da legislação. Por fim, o autor conclui criticando as abordagens históricas que não colocam os indígenas como sujeitos históricos, ou seja, a abordagem impositiva, já que os povos indígenas traçaram estratégias – pacíficas e conflituosas – que garantiram a preservação tanto de frações dos seus territórios quanto do modo de vida tradicional.

O segundo artigo, “Lutas, resistências e estratégias da territorialização negra no Paraná”, de Cassius Marcelus Crus e Jefferson de Oliveira Salles, versa sobre estratégias empregadas pelos negros no Paraná – ex-escravizados e descendentes – que possibilitaram a liberdade destes, bem como levaram a criação das comunidades remanescentes de quilombos e garantiram a manutenção dos seus territórios. Crus e Salles identificam a expressão da resistência dos negros no Paraná na formação dos quilombos no Vale do Ribeira e Campos Gerais, os quais, inclusive, levaram à criação de um vínculo entre economia local e regional. Os autores destacam a Revolta da Fazenda Capão Alto (Castro, PR), como caso de notável insurgência dos negros do Paraná, que resistiram ao processo de expropriação de seus territórios. Além desta experiência, destacam as “doações de terras por fazendeiros na região centro-sul do Paraná na segunda metade do século XIX” (p. 65) para ex-escravizados, condicionadas a “manutenção ou produção de dependentes” (p. 65). Muito embora se caracterizassem como direito adquirido, para manutenção desse direito, diversas vezes tinham que levar os casos ao judiciário. No Paraná, destaca-se o caso da expropriação do território da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha (Reserva do Iguazu, PR). Assim, concluem Crus e Salles que estratégias como articulação das relações sociais locais para a defesa de seus territórios, judicialização dos casos de expropriação e a insurgência face a tais casos demonstram-se como emblemáticas formas de luta e resistência dos negros no Paraná.

O terceiro artigo, “Da Colônia Cecília à Greve Geral de 1917”, de Ricardo Prestes Pazello, analisa um ciclo específico do processo de luta das classes populares no Brasil, qual seja, o anarquista, a partir de duas experiências: o caso da Colônia

Cecília (1890 a 1984) e a adesão da classe trabalhadora à greve geral (1917). Pazello elucida que a experiência científica comunitária da Colônia Cecília, no interior do Paraná, foi idealizada por Giovanni Rossi, com o objetivo central de comprovar “que era possível dar corpo e vida para o novo, para aquilo que todos diziam ser impossível de se realizar” (p. 85), bem como foi guiado pela ideologia anarquista e comunista. Com o fim da Colônia Cecília cresce o ciclo anarquista no âmbito urbano do Paraná, sobretudo em Curitiba, especialmente com as greves operárias. A classe trabalhadora de Curitiba, motivada pela greve de operários da indústria têxtil de São Paulo (julho de 1917), adere à greve, sob a liderança dos anarquistas (entre 14 e 23 de julho de 1917). Pazello identifica como principais motivos para a adesão dos curitibanos à greve a solidariedade em relação aos trabalhadores grevistas de São Paulo bem como a pobreza e o alto custo de vida que atingia os trabalhadores de Curitiba. Conclui o autor que as experiências da Colônia Cecília e da Greve Geral de 1917 deixam o legado de utopia e rebeldia à classe trabalhadora.

O quarto artigo, “Contestado, a Guerra que Manchou de Sangue os Sertões do Paraná e de Santa Catarina – 100 anos depois, o silêncio e a invisibilidade sobre a luta camponesa ainda imperam no Brasil”, de Nilson Cesar Fraga, aborda a Guerra do Contestado, uma guerra civil sertaneja decorrente de uma disputa político-jurídico-territorial nos sertões do Paraná e Santa Catarinas, uma das lutas populares mais sangrentas da história do Brasil. O autor busca dar visibilidade a essa história, que foi omitida por meio do Acordo de Limites, assinado pelos governadores dos dois estados que viveram o conflito. Assim, ao longo do artigo, o autor demonstra como o uso das forças militares, por meio dos regimentos de Segurança de Santa Catarina e do Paraná, em face do exército de camponeses desses estados – que lutaram bravamente tentando sobreviver aos ataques –, resultou num verdadeiro crime de genocídio, portanto sendo a população cabocla detentora do direito de indenização pelo Estado, tornando-se este o cerne da luta que deve permanecer.

O quinto artigo, “Guerrilha de Porecatu: o Evento Fundador do Partido Comunista”, de Osvaldo Heller da Silva, versa sobre os conflitos sociais ocorridos entre os anos de 1940 e 1950 no norte do Paraná, no município de Porecatu. Os conflitos armados eclodiram em razão da doação, feita pelo governo do Estado do Paraná, de terras ocupadas por posseiros. Silva aborda esse evento a partir de três protagonistas, quais sejam: (i) os posseiros, que tinham o apoio e incentivo do Partido Comunista do Brasil, (ii) os fazendeiros, amparados pelos jagunços, pistoleiros e pelo aparelho estatal paranaense e paulista e (iii) a imprensa. Assim, Silva discorre ao longo do artigo sobre essa experiência (única) de guerrilha camponesa do Partido Comunista, realizada com base nos ideais revolucionários do Manifesto de Agosto de 1950. Conclui o autor que esse momento histórico da luta popular paranaense e do Partido Comunista do Brasil, embora esquecido pela

história, inaugura a “construção de um novo campo político: o espaço das formas de representação do campesinato paranaense” (p. 153).

O sexto artigo, “1957: a Revolta dos Possesiros”, de Iria Zanoni Gomes, apresenta o momento histórico no sudoeste do Paraná, no ano de 1957, em que os possesiros rebelaram-se contra as companhias de terra da região, que tinham o apoio do governador do Estado, da polícia e dos jagunços. Gomes aborda as fases de ocupação extensiva e intensiva do processo de ocupação do sudoeste (a partir da década de 1940), a relação entre comerciante e colono, que resultou em uma “identidade étnica, cultural e familiar” (p. 163), que posteriormente serviria de apoio aos colonos na revolta de 1957, a questão histórica da posse da terra no Sudoeste do Paraná e da disputa judicial da gleba missões, a instalação da Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (CITLA) – que obteve a titulação da gleba missões e de porção da Gleba Chopim – na região sudoeste do Paraná e os principais momentos da revolta dos possesiros. Com isso, Gomes demonstra como esse movimento foi um sucesso, já que atingiu o objetivo de expulsar as companhias de terra e de conquistar o título de propriedade.

O sétimo artigo, “Movimentos Sociais na Transição Democrática e a Luta do Transporte Coletivo”, de Ana Inês Souza e Lafaiete Santos Neves, versa sobre os movimentos sociais formados a partir de 1970 – período de transição democrática –, que englobaram os elementos culturais e sociais em suas lutas e que tiveram um significativo avanço da consciência política. Alguns desses movimentos criados nesse período continuam existindo até hoje. Souza e Neves debruçam-se sobre o movimento da luta pelo transporte coletivo. Assim, os autores traçam “uma trajetória histórica dos enfrentamentos do movimento popular pela democratização da política pública do transporte coletivo em Curitiba e Região Metropolitana (RMC)” (p. 189), entre 1980 e 2016. Abordam, então, os conflitos decorrentes do processo de licitação do transporte coletivo de Curitiba e RMC, no ano de 2009. Em 2013, por exemplo, o prefeito Gustavo Fruet, cumprindo a promessa de campanha, após a pressão do movimento popular, sindical e estudantil, nomeou a Comissão de Estudos Tarifários e de Auditoria do Transporte. Essa Comissão apresentou um relatório no final do seu trabalho, fundamental para estudos posteriores como o “o Relatório do Tribunal de Contas do Paraná (TCEPR), o Relatório dos Sindicatos, o Relatório da CPI do Transporte Coletivo da Câmara Municipal de Curitiba e o Relatório da OAB-PR” (p. 193). Assim, Souza e Neves analisam os principais resultados desses estudos. Os autores concluem que a aliança entre o governo e o empresariado garante o oligopólio do serviço público do transporte coletivo, destacando a tarefa da retomada das lutas populares que visem a garantir a dignidade do povo.

O oitavo artigo, “Identidades Coletivas, Territórios e ‘Novos’ Movimentos Sociais no Paraná”, de Roberto Martins de Souza, trata da formação da região Sul a partir

do elemento da pluriétnicidade, analisando a mobilização dos “novos movimentos sociais” no Paraná, nas duas últimas décadas, os quais possuem a particularidade da afirmação identitária e novos padrões de relações políticas, expressos principalmente como povos e comunidades tradicionais. Souza utiliza a expressão “novo” como “sinônimo de uma retomada ou de um processo de descontinuidade, podendo ser lido como o que ainda não conseguiu se explicar de todo modo, mas se expressa diferente do que já foi dito” (p. 205). O autor centraliza a análise nos povos e comunidades tradicionais articulados com a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais, que enfrentam a invisibilização social e que tiveram como principais conquistas as “reivindicações convertidas no avanço do reconhecimento formal de sua condição social pelo aparelho do Estado e na lenta e gradual conquista de territórios tradicionais” (p. 229).

Considerações finais

Conclui-se, então, que o livro “Lutas Populares no Paraná” mostra, de forma brilhante, a história do estado do Paraná por uma perspectiva oposta à da historiografia oficial, portanto, uma história de revoluções, revoltas, insurgência, resistência, sangue e luta dos povos e organizações populares, que tática e estrategicamente buscavam defender seus direitos, territórios e modo de vida tradicional.

Referências

PAZELLO, Ricardo Prestes; SILVA, Jonas Jorge da; SOUZA, Ana Inês (Org.). *Lutas Populares no Paraná*. 1 ed. Curitiba: Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani; Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS), 2017. Disponível em: <http://www.ipdms.org.br/files/2022/03/Lutas-Populares-no-Parana-web-1.pdf>.

Sobre a autora

Ana Beatriz Castro do Prado

Graduanda no quinto ano do curso de Direito da Universidade Federal do Paraná. Extensionista no Movimento de Assessoria Jurídica Universitária Popular Isabel da Silva (MAJUP- UFPR), pesquisadora no Núcleo de Direito, Cooperativa e Cidadania (NDCC), no curso de Direito na Universidade Federal do Paraná.